

APRESENTAÇÃO

DOSSIÊ EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO: DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ÀS PRÁTICAS EDUCATIVAS

Dulcéria Tartuci¹

Com muita satisfação, anunciamos aos nossos leitores o V.12, N.01, da Revista *Poiésis Pedagógica*. O anúncio se torna mais alvissareiro, porque é feito no calor da aprovação, sem qualquer veto, pela Presidente Dilma Rousseff, da Lei 13.005, de 26 de junho de 2014 – da Lei do PNE, Plano Nacional de Educação, que tramitou no Congresso Nacional durante quatro anos, e estabelece 20 metas a serem efetivadas até 2023.

O investimento público em educação no Brasil, em 2012, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) do país, foi de 5,3% e a meta do PNE é que o país passe a investir o equivalente a 10% do PIB e que esse índice deve ser alcançado gradualmente — um mínimo de 7% nos próximos cinco anos —, chegando a 10% no prazo dos cinco anos seguintes.

Apesar da conquista do percentual de 10%, este não será aplicado totalmente no ensino público, uma vez que o PNE prevê investimento na educação privada, através da ampliação de programas visando o crescimento de matrículas no ensino superior, como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) e o Programa Universidade para Todos (Prouni), e expansão de matrículas na educação profissional.

Em relação aos 10% é proposto na 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência na capital do Brasil em 2012, para contemplar o público alvo da educação especial, “Disponibilizar e garantir, nas três esferas de governo, investimento de 10% do PIB para a educação, sem contingenciamento, contemplando rubrica específica para implantar e implementar programas e projetos na área de educação especial [...]”. Parte destes 10% também será destinada ao setor privado, ratificando a política de privatização da educação, o que não favorecerá efetivamente a universalização da educação das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no

¹Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação – Linha de Pesquisa: Práticas Educativas, Políticas Educacionais e Inclusão – e do Departamento de Educação da Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão. Mestre e Doutora em Educação pela Unimep e Pós-Doutoramento em Educação Especial pelo Programa de Pós-Graduação da UFSCar. Líder do Núcleo de Pesquisa em Práticas Educativas e Inclusão - Neppein. E-mail: dutartuci@brturbo.com.br

âmbito da educação pública. A este respeito fica assim definido no PNE: “20.1) garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e **modalidades da educação básica**, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do § 1º do art. 75, da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional” (grifo nosso).

No que se refere à garantia do direito à educação das pessoas, público alvo da educação especial, a Meta 4 é

universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

A Meta 4 não aponta para o direito de acesso à educação de todos as crianças, a despeito de que a educação é um direito constitucional de todos, quando define a universalização a partir de 4 (quatro) anos de idade em articulação com o que vem definido na Meta 1, que trata da Educação Infantil, e também indica: “universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE”.

Desse modo, adia-se para 2016 a meta de alcançar, no mínimo 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (anos), condição extremamente desfavorável considerando a necessidade de acesso à educação das crianças público alvo da educação especial desde o nascimento. Neste aspecto, vale destacar a forma como é assegurado este direito na Meta 4 para faixa etária na 4.2: “promover, no prazo de vigência deste PNE, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças”, ainda que se remeta ao exarado na Lei no 9.394/1996, o que se esperava é que fosse a “promoção da universalização do atendimento escolar à demanda do direito da criança à educação”.

A lei reafirma o atendimento educacional especializado e a preferência pela rede regular de ensino e preserva um “sistema educacional inclusivo” em *lôcus*: salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Assim, embora este número da revista não seja destinado ao debate sobre o PNE, esta revista busca trilhar caminhos que contribuam para a ampliação e a divulgação de estudos,

debates e pesquisas relacionadas à área da educação, mais particularmente neste número sobre a educação especial, suas políticas e práticas, e os desafios desta área. Discussão que tem sido alvo do Núcleo de Pesquisa em Práticas Educativas e Inclusão – Neppein (Cnpq), liderado pela professora Dulcéria Tartuci em parceria com as Profas. Maria Marta Lopes Flores, Camila Rocha Cardoso e Cristiane dos Santos. Além destas professoras, fazem parte do núcleo alunos de graduação e do programa de Pós-Graduação em Educação da UFG-Regional Catalão e professores de educação básica de Catalão.

É neste contexto de sancionamento do PNE, que apresentamos o Dossiê intitulado “Educação Especial e Inclusão: das políticas públicas às práticas educativas”, que visa, através dos artigos que o compõem, contribuir para as discussões acerca das políticas públicas e das práticas educativas de um segmento minoritário, todavia expressivo, da população brasileira, a de pessoas com transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e deficiência.

O dossiê — composto por nove artigos — abre com Márcia Denise Pletsch em “Educação Especial e Inclusão Escolar: políticas, práticas curriculares e processos de ensino e aprendizagem”, ao apresentar discussão sobre a implementação das políticas de inclusão escolar do Rio de Janeiro, em diferentes redes de ensino de municípios da Baixada Fluminense. Trata-se de resultados de pesquisas desenvolvidas pelo grupo de pesquisa liderado pela autora e que tem como referencial teórico a abordagem histórico-cultural, e focalizam os impactos das mudanças no âmbito das práticas pedagógicas e no desenvolvimento dos alunos público alvo da educação especial.

Em seguida, o artigo “Gestão de Política de Educação Especial: papel da estrutura para a garantia do atendimento educacional especializado”, de Roseli Kubo Gonzales, Simone Girardi Andrade e Rosângela Gavioli Prieto averigua e analisa a estrutura e o funcionamento de centros de apoio especializado no contexto paulista, a partir da metodologia da pesquisa-ação. Este trabalho é parte de uma pesquisa sobre a implantação e a gestão da política de educação especial paulistana, em que analisa suas implicações no atendimento educacional especializado de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

O artigo “Desafios e Condições para Aprendizagem do Aluno com Deficiência Física no Contexto da Escola Inclusiva”, de Adriana Garcia Gonçalves, contextualiza a história da educação de alunos com deficiência física e tece discussão acerca da sua aprendizagem no contexto da escola inclusiva e as demandas de recursos e estratégias para sua efetivação. A

Tecnologia Assistiva é considerada parte constitutiva dessa educação e fundamental para garantir o direito à escolarização do aluno com deficiência. Ressalta ainda o trabalho em equipe interdisciplinar para atender às necessidades do aluno, de modo que a aprendizagem ocorra com qualidade e responda eficientemente à demanda por construção e divulgação de conhecimentos que contribuam para eliminar barreiras que impedem a escolarização do aluno com deficiência física.

O quarto artigo intitula-se “Avaliação e o Atendimento Educacional Especializado”, de Dulcéria Tartuci, Maria Marta Lopes Flores, Elânia Maria M. Bergamaschi e Dayanne Cristina M. de Deus. Trata-se de reflexão acerca da educação especial como modalidade em todos os níveis, etapas e modalidades educacionais e as implicações e demandas para o sistema educativo, que suscita reflexão sobre vários aspectos, entre eles a avaliação. A temática, que já é complexa, torna-se ainda mais polêmica quando recai sobre a avaliação de alunos público alvo da educação especial. Assim, esse artigo tece análise sobre a avaliação no atendimento educacional especializado em sala de recursos multifuncionais e o modo como os alunos têm sido identificados para o encaminhamento da avaliação da aprendizagem e das avaliações institucionais.

“Formação do Professor de Educação Física para Inclusão de Alunos com Deficiência”, de Maria Luiza Salzani Fiorini e Eduardo José Manzini, discute a problemática da formação de professores de Educação Física para atuar junto aos alunos com e sem deficiência. Apresenta o resultado da pesquisa que partiu, inicialmente, da identificação das dificuldades encontradas por professores de Educação Física, as necessidades formativas que poderão orientar um programa de formação. Por fim, o artigo apresenta uma discussão e descrição das etapas de elaboração de um programa de formação para o professor de Educação Física para atender a demanda da inclusão de alunos com deficiência.

De autoria de Elaine Maria Bessa Rebello Guerreiro, Ana Kalina Moura de Paula, Inalda Tereza Sales de Lima, José Ribamar de Abreu Cardoso e Liliane Brito de Melo, o artigo intitulado “Acessibilidade Urbana como Fator de Inclusão para Alunos com Deficiência ou Mobilidade Reduzida” discute a inclusão social a partir da problematização da acessibilidade como condição para a segurança e autonomia das pessoas com deficiência. É no contexto do Núcleo de Tecnologia Assistiva – Apoema do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, a partir da pesquisa realizada no grupo de Acessibilidade Arquitetônica, que o artigo traça o perfil dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida em articulação ao debate sobre o acesso e permanência destes alunos na instituição.

O artigo seguinte, de Geraldo Eustáquio Moreira e Ana Lúcia Manrique, intitulado “Educação Inclusiva: representações sociais de professores que ensinam matemática” apresenta, a partir das reflexões da educação inclusiva, os resultados de uma pesquisa que visou identificar as representações sociais de professores que ensinam Matemática, em escolas da rede pública de ensino do Estado de São Paulo em diferentes níveis da educação, sobre a deficiência, as relações estabelecidas entre alunos com e sem deficiências e seus conhecimentos, crenças e comportamentos acerca da temática. A pesquisa apresentada tem como referência teórico-metodológica a teoria das representações sociais e o sujeito coletivo e possibilitou a compreensão de diversas representações sociais manifestadas pelo grupo.

Em “Deficiência e Inquietações do Olhar: em defesa da visão menor”, Thimoteo Pereira Cruz e Tânia Maia Barcelos apresentam reflexões sobre a deficiência em defesa da visão menor, em encontros e aproximações com o método cartográfico. Essa visão menor é um modo de olhar a deficiência para além da visão predominante da sociedade, visão maior. Os autores debatem os encontros com a deficiência procurando exercitar a visão menor no processo de compreensão de comerciais divulgados na mídia brasileira que abordam as políticas de inclusão das pessoas com deficiência. Eles buscam compor as linhas que os ajudaram a pensar os encontros com a deficiência sem pretensões de afirmar certezas pré-estabelecidas e com um olhar aberto a novas reflexões.

O artigo “Educação Inclusiva: fundamentos e possibilidades para o trabalho docente”, de Raclene Ataíde de Faria fecha o dossiê, a partir de discussões sobre a escolarização de pessoas com deficiência nas escolas regulares. A autora apresenta os resultados de uma pesquisa de cunho bibliográfico que buscou responder aos questionamentos de professoras/es da educação regular sobre os novos desafios que a educação inclusiva apresenta ao trabalho docente, o repensar da estrutura pedagógica e a participação e responsabilidade da comunidade escolar, da sociedade e do estado para garantia de relações sociais mais democráticas.

Gostaríamos, por fim, de agradecer aos consultores ad hoc deste número por suas contribuições para manter a tradição de publicação de artigos de relevância acadêmica e também aos autores que cederam seus textos para esta publicação. Nosso desejo é o de que a revista seja acolhida pelos leitores.

Boa Interlocução!

Catalão, Verão de 2014.